

País cresce 2% em 2000, diz Mendonça de Barros

Daniel Garcia/AE

Ex-secretário de Política Econômica acha que aceleração só virá em 2001

ARIOSTO TEIXEIRA

BRASÍLIA — Na contramão das expectativas do governo, o ex-secretário de Política Econômica e atual consultor da MB-Associados, economista José Roberto Mendonça de Barros, acha que o cenário econômico positivo deste fim de ano não deve ser interpretado como sinal de reativação vigorosa da atividade produtiva.

“O ano 2000 não será o da retomada do crescimento”, afirma ele, que vê nos sinais de melhora no ambiente político e econômico indicadores de que o próximo ano poderá se tornar um período de preparação efetiva para o relançamento sustentado do crescimento.

É nesse sentido que Mendonça de Barros, que, enquanto esteve em Brasília era considerado um dos economistas mais influentes do governo, interpreta as previsões de crescimento a taxas de até 6%, como as feitas quinta-feira pelo presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e a insistência do presidente Fernando Henrique Cardoso no prognóstico de um mínimo de 4%.

“O meu número é outro, em torno de 2%”, explica ele, insistindo que essa é uma visão realista de quem acredita que “estamos marchando, mas lentamente, na direção adequada”.

O cenário de alta nas bolsas e

a valorização do real em relação ao dólar decorre, afirma ele, da percepção de que a inflação não vai voltar, como previam os cenários pessimistas que se generalizaram em outubro, e de que o país conseguirá financiar o déficit das contas externas e obter o superávit primário de 3,25% do PIB previsto no acordo com o FMI.

O ex-secretário acredita que a inflação continuará baixa simplesmente porque, em um cenário de pouco crescimento e virtual congelamento salarial, não haverá possibilidade alguma de aumento generalizado de preços.

O economista diz que em um cenário de inflação baixa, sem pressões no mercado de câmbio, com aumento dos investimentos estrangeiros, como o governo espera a partir de janeiro, de melhora da balança comercial e avanço no ajuste fiscal, o Banco Central poderá retomar a política de redução dos juros. Mas é aí que está o xis do problema, diz. Esse cenário precisa ganhar a confiança dos agentes econômicos. A incerteza que ainda não se desfez, apesar da onda de otimismo dos mercados, tem a ver justamente com as metas de inflação fixadas no acordo com o FMI.

O investidores gostariam de saber que medidas serão exigidas se, por exemplo, a meta de inflação do primeiro trimestre não for cumprida (para os 12



Ex-secretário José Roberto Mendonça de Barros: “Meu número é outro; estamos marchando, mas lentamente, na direção adequada”

**MAIOR
ALTA DO PIB
DEVE SER DA
INDÚSTRIA**

meses terminados em março próximo a meta é de 7,5% de inflação) e ficar dois pontos percentuais acima do esperado? O aumento da taxa de juros? Se a alternativa for subir os juros, pior para a política de crescimento da economia.

É verdade, observa José Roberto, que os fatores de demanda hoje (salários contidos, queda na renda real e taxas elevadas de desemprego) não sancionam reajuste de preços. Mas também não deixam a economia crescer.

A questão tem ainda um fator de risco político não trivial.

Os atores políticos da base do governo acreditam no piso de 4% prometido pelo presidente da República e acham que qualquer coisa abaixo disso será, para eles, eleitoralmente desastrosa no pleito municipal de outubro.

Segundo os dados com o qual o consultor da MB trabalha, a indústria é o setor que apresentará melhor desempenho, podendo registrar um crescimento de 3,3% do PIB, um bom número, se comparado à queda de 1,9% deste ano. Os serviços devem crescer algo em torno de 1,4%, refletindo com atraso a recessão de 1999. Esse setor crescerá pouco pela mesma razão que a inflação não explodirá: renda baixa e escassez de crédito. (AE)